

## **CINE-DEBATE: DERRUBANDO AS BARREIRAS DO PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA.**

Prof. Dr. PAULO SERGIO DA SILVA, Docente Escola Técnica de Saúde-ESTES/UFU.  
VALDECI RODRIGUES BRANDÃO, Bolsista PBG/UFU/CNPQ  
FERNANDO FIGUEIRA JR, Bolsista PIBIC-EM/UFU/FAPEMIG

(9) Población, genero e identidad

### **RESUMO**

A composição da sociedade brasileira caracteriza-se por uma diversidade étnica, resultado de um processo construído historicamente pelas relações inter-raciais e, ao mesmo tempo, de domínio de uma raça em relação à outra, justificada por uma suposta relação de superioridade e inferioridade entre colonizadores e conquistados. A realização desse projeto se deu em torno do debate sobre a necessidade da implementação das Lei 10.639/2003 e Lei 11.645 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura africana e afrobrasileira no ensino fundamental, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Este projeto se justifica diante da urgência de abordar as temáticas raciais que envolvem ações que promovam uma discussão sobre a diversidade e procurar despertar por meio da “conscientização” dos atores envolvidos no ambiente da escola maior conhecimento sobre essa temática. O objetivo do projeto consistiu em levar para as escolas públicas as sessões de exibição de filmes e promoção de debates para o enfrentamento sobre o preconceito e o racismo bem como obter a percepção dos estudantes por meio de um roteiro pré-elaborado um perfil de cada escola. A metodologia consistiu na realização de uma sessão de cinema “cine-debate” em uma escola pública por mês, ou seja, ao longo da realização do projeto foram 8 escolas contempladas, gerando ao final um relatório com pareceres comparativos entre as atividades realizadas.

**PALAVRAS CHAVE:** Racismo; Preconceito; Educação; Sala de aula.

## **APRESENTAÇÃO**

A composição da sociedade brasileira caracteriza-se por uma diversidade étnica, resultado de um processo construído historicamente pelas relações inter-raciais e, ao mesmo tempo, de domínio de uma raça em relação à outra, justificada por uma suposta relação de superioridade e inferioridade entre colonizadores e conquistados.

Apesar do término da escravidão ainda sim ficaram enraizadas as marcas da discriminação racial a partir da qual os negros eram tratados como mercadorias, não tendo os mesmos direitos que os demais homens livres. Diante disso, a negação ao direito à educação da população negra durante um longo período de nossa história acarretou uma sociedade marcada pela exclusão, dominação e exploração de um grupo em relação a outro.

O debate sobre a questão racial no Brasil foi evitada por muito tempo e o país se apresentou como uma nação homogênea promotora de uma suposta democracia racial e opondo a essa igualdade surge o Movimento Negro como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, na luta de direitos igualitários.

A mobilização em torno desse movimento tinha como objetivo denunciar o mito da democracia racial e exigir que o Estado, garantisse leis anti-segregacionistas, como também assumir um compromisso para promover melhores condições de vida da população negra.

Um dos momentos de importante representatividade foi a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida em 1995, favorecendo a articulação de projetos institucionais, voltados para os direitos culturais, econômicos e sociais da população negra brasileira.

Outro grande evento foi a busca do fim das desigualdades raciais no Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, no ano de 2001. A luta dos movimentos negros, no Brasil, entre eles os movimentos abolicionistas, as revoltas sociais, as irmandades religiosas, entre outros, ao longo de seu percurso, gerou várias demandas na luta contra o racismo que se “caracteriza como um processo de produção das desigualdades sociais entre as etnias e não como relação de ódio como em outras partes do mundo”. (CUNHA JR, 2008, p.49).

Os pressupostos dos direitos democráticos e na diversidade cultural, o Movimento Negro colocou em questão um conjunto de problemáticas envolvendo o acesso e permanência da população negra no sistema educacional.

Conforme demonstrado por diversos estudos acerca do tema, como os altos índices de analfabetismo da população afro-brasileira (RASENBALG, 1988), “no silêncio da escola sobre as questões de interesse dos afro-brasileiros” (GONÇALVES, 2000), nas práticas curriculares que excluem conteúdos relacionados à história e a cultura (FONTOURA, 1987), no material didático que trás imagens e discursos através de representações estereotipadas, todas essas referências ampliam o debate sobre um caminho que precisa ser redesenhado convergindo para um encontro comum entre as pessoas.

Não se pode pensar mais viver em um mundo onde as pessoas são tratadas de forma diferente por desacordo de ideias, pela cor, pelo gênero. As pessoas não praticam violências por que são brancas ou negras ou pardas e sim porque são seres humanos passíveis dos erros.

Dessa forma, várias políticas de reparações, de reconhecimento e valorização são implementadas no âmbito educacional, visando também o combate ao racismo e discriminação como forma de ressarcir a população negra de danos sociais, políticos e educacionais sofridos ao longo de décadas.

Dentre algumas iniciativas governamentais estão o Decreto 4.886/20/11/2003 que determina A Política Nacional da Promoção da Igualdade Racial/PNPIR e a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura africana e afrobrasileira no

ensino fundamental, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Assim, a educação torna-se o princípio fundamental na construção de uma nova postura frente às questões de discriminação e preconceito, necessitando instrumentalizar não somente o corpo docente, mas também debater essas questões junto aos alunos e pais abordando conteúdos que permitem a reflexão sobre a diversidade cultural realizando ações na escola que possibilite ampliar os conhecimentos e “conscientizar” todos da responsabilidade social.

A escola se defronta com o desafio de incorporar de forma contextualizada e consistente práticas que promovam o respeito e a tolerância, num país multicultural e desigual, através da articulação do processo de ensino-aprendizagem entre as diversas áreas do conhecimento, a fim de promover o fortalecimento de bases sólidas que constituirão em mudanças sociais necessárias para uma sociedade mais justa equânime.

Este projeto se justifica diante da urgência de abordar as temáticas raciais que envolvem ações que promovam uma discussão sobre a diversidade e procurar despertar por meio da “conscientização” dos atores envolvidos no ambiente da escola maior conhecimento sobre essa temática.

Ao analisar a trajetória dos povos negros no processo de escolarização são identificados alguns avanços somente quanto a sua participação no processo educacional considerando somente as dimensões de acesso. No entanto, as dimensões de permanência, qualidade e equidade constituem ainda grandes desafios a serem enfrentados.

O acesso reservado para os negros estava relacionado somente a uma instrução cristã com o intuito de doutriná-los, não permitindo as crianças negras o ingresso nas escolas públicas, como determinava a lei nº 14 de 22/12/1837.

Conforme Bernardo (2006: pg 69) no Artigo 3º dessa lei, constava que: “São proibidos de freqüentar as escolas públicas: Parágrafo 1ª Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Parágrafo 2ª Os escravos e os pretos africanos, ainda que Libertos”.

Leis como essa contribuíram para legitimar vivências de discriminação em virtude da cor, preconceito, descrédito, evidenciando a exclusão do negro/a da igualdade de oportunidades, como afirma (Silva Jr, 2002: pg. 11).

No caso específico do problema da desigualdade e da discriminação racial no sistema escolar, é flagrante o hiato que separa os enunciados legais, os direitos anunciados nos tratados internacionais da alarmante realidade diagnosticada nos estudos e pesquisas sobre o tema e denunciada, há décadas, pelas entidades do Movimento Negro.

A escola como um ambiente privilegiado onde acontece boa parte do processo de socialização onde crianças e adolescentes, de diferentes núcleos familiares, estabelecem relações no convívio com a diversidade, os primeiros contatos de vivência das tensões raciais, que podem acontecer de forma natural ou conflituosa, segregando, excluindo, pode fazer com que a criança negra tenha em alguns momentos uma postura introvertida causando medo e iniciando um processo de desvalorização de seus atributos individuais.

Debater sobre o tema discriminação e preconceito racial no ambiente escolar não concentram somente em realizar um discurso de vitimização, mas enfrentar os desafios.

Nesse sentido dar visibilidade à problemática envolvida e promover uma ampla discussão, motivando a reflexão individual e coletiva na transformação de mentalidades e práticas de qualquer tratamento preconceituoso, através de ações conjuntas no contexto educacional para a reversão da discriminação e das desigualdades em nossa sociedade, desenvolvendo nos alunos a autoconsciência que move o saber ser, se revela no saber-fazer.

### **Ampliando o debate sobre o preconceito Racial**

Veja algumas situações que circulam pelo corriqueiro cotidiano das pessoas brancas, negras, pardas, índias e seu encontro com mundo de preconceitos e racismos velados que por muitos ditos “normais”.

- a. Uma cliente que se recusa ser atendida por uma funcionária negra;
- b. Um homem negro que entra em uma loja e é seguido pelo segurança;
- c. Um jogador de futebol que é chamado de “macaco” pela torcida adversária;
- d. Uma menina que tem o cabelo afro chamado de “cabelo ruim”.

Situações como essas são vividas diariamente por muitos afrodescendentes no Brasil. Os negros são 50,7% da população brasileira, mas 126 anos após a edição da lei áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, o país ainda enfrenta o preconceito racial de parcela da sociedade.

Em setembro deste ano 2015, o Grupo de Trabalho das Organizações das Nações Unidas sobre Afrodescendentes publicou um relatório apontando que no Brasil o racismo é “estrutural e institucional”.

Para a organização, nosso país viveria em uma “falsa democracia racial”, que nega a existência do racismo devido à miscigenação entre diferentes povos e raças.

A ONU sugere medidas como garantir a permanência de estudantes negros cotistas nas universidades, prevenir a violência contra mulheres e jovens negros, elaborar um plano nacional de controle e treinamento das Polícias Militares (PMs), abolir o auto de resistência, aprimorar o ensino de história e cultura afrobrasileira nas escolas, agilizar e desburocratizar a titulação de terras quilombolas e prover recursos financeiros e humanos para os órgãos municipais e estaduais de combate ao racismo.

Algumas das medidas sugeridas pela ONU já foram implantadas no país, como a instituição das cotas para negros na educação e no serviço público, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o Plano Juventude Viva, a lei de 2003 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana nas escolas, entre outros.

### **3.2 A trajetória da questão racial no Brasil: A República Velha**

Depois da queda da monarquia, o fim da escravidão no Brasil, em 1888, e a mudança do regime político-administrativo, as antigas ordens sociais vigentes no Império ainda permaneceram por alguns anos, como a separação entre brancos e negros.

Durante a República Velha (1889-1930), a doutrina do racismo científico vinda da Europa considerava o negro e índio como raças inferiores e o povo mestiço como “improdutivo e amoral”, que não se adaptaria ao progresso que o Brasil precisava. O negro era visto como uma causa do fracasso da nação e por isso era preciso “branquear” a população.

A época foi marcada pela chegada da mão de obra imigrante para a expansão da lavoura cafeeira e pela exclusão de muitos negros das oportunidades de emprego e educação. O escravo ficou desassistido. Já no campo cultural, havia uma legislação que proibia as manifestações culturais negras tais como o batuque, o candomblé e a capoeira.

A ideia de inferioridade determinada pela cor da pele só foi questionada abertamente em 1932, com a publicação de Casa Grande & Senzala, do sociólogo Gilberto Freyre. Apesar disso, o acadêmico foi alvo de duras críticas pela sua visão “açucarada” da mestiçagem brasileira, que não considera a violência e a dominação cruel contra o povo negro. No Brasil, foi nessa época que o movimento negro começou a ganhar corpo, buscando a integração à sociedade, preservação da história e cultura negra e a igualdade de direitos.

### **A educação não tem cor**

Veiculado no Jornal de Brasília em 2012, uma garotinha R. S. de Q. de apenas 8 anos, tem os cabelos lisos e claros, mas queria que eles fossem trançados e escuros como os da colega de

sala de aula J. F. de S. C. uma garota negra também de 8 anos. Um dia, apareceu com o mesmo penteado afro.

A atitude da criança R. S. de Q. é surpreendente. É bem mais comum a criança negra desejar se parecer com a maioria dos heróis dos contos de fadas europeus, com as modelos estampadas em revistas e jornais e com os colegas que recebem maior atenção em sala, todos brancos e loiros.

As duas meninas participam sistematicamente de discussões e projetos antirracistas na Escola Classe 16, no Gama (DF). O desejo de R. S. de Q. é um exemplo concreto de que é possível combater na escola preconceitos e estereótipos enraizados.

E prova, de acordo com especialistas, que uma das saídas para o fim das desigualdades educacionais do Brasil está em enfrentar as desigualdades raciais que estão presentes, sim, no ambiente escolar. A começar pelo currículo.

A história e a cultura negras têm pouco ou nenhum destaque, diferentemente da cultura europeia. Em um país com 44% de população afrodescendente, poucas pessoas conhecem a rainha Nzinga, líder da libertação do reino africano Ndongo em 1660, ou Dandara, guerreira do Quilombo dos Palmares, ao lado de Zumbi.

A participação das crianças negras na última série do Ensino Médio representa a metade da registrada na 4ª série. Já os brancos somam 44% dos alunos da 4ª série, mas totalizam 76% na 3ª série do Ensino Médio.

Porém, a escolaridade média de um negro com 25 anos gira em torno de 6,1 anos. Um branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. Dessa maneira, é possível concluir que crianças negras, como Juliana, enfrentam muitos obstáculos para permanecer na escola.

E, sem dúvida, está nas mãos dos professores o futuro delas como alunas e cidadãs, defensora de seus direitos.

Portanto, há uma demanda urgente que consiste em ampliar a discussão e os projetos pedagógicos que privilegiem a igualdade racial. A aprovação da Lei nº 10.639 em que torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio no Brasil se pode se tornar uma excelente iniciativa que sirva de inspiração para trabalhar o assunto durante o ano todo.

### **A cultura negra em sala de aula**

Veja algumas questões que devem ser evitadas ao se tratar sobre a cultura negra em sala de aula.

- Abordar a história dos negros a partir da escravidão.
- Apresentar o continente africano cheio de estereótipos, como o exotismo dos animais selvagens, a miséria e as doenças, como a aids.
- Pensar que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros.
- Acreditar no mito da democracia racial.

Agora poderia também tratar da mesma questão por esse ângulo, observe:

- Aprofundar-se nas causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão.
- Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.
- A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos.

- Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana.

### **Algumas considerações sobre a Lei nº 10.639**

Os negros alcançaram importantes conquistas na educação, mas somente agora que os sinais concretos de mudanças para o futuro nas relações inter-raciais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que orientam a promoção da igualdade, os temas transversais e a Pluralidade Cultural.

Mas um passo muito maior e mais significativo para o ensino foi dado com a Lei no 10.639. "A legislação rompe com a ordem dos currículos ao propor um novo conhecimento científico contrário à superioridade da produção cultural europeia", afirma Eliane Cavalleiro, pedagoga e coordenadora-geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação (MEC). Ou seja, o mundo não se resume às conquistas e derrotas do continente europeu.

O documento determina que a história da África seja tratada em perspectiva positiva, não privilegiando somente as denúncias da miséria que atinge o continente.

A importância dos anciãos na preservação da memória e a religiosidade, por exemplo, passam a fazer parte dos conteúdos, assim como o conhecimento da contribuição dos egípcios para o desenvolvimento da humanidade.

As marcas da cultura de raiz africana devem ser ressaltadas particularmente em Artes, Literatura e História do Brasil e mais, os professores precisam valorizar a identidade negra e serem capacitados para destruir o mito da democracia racial no Brasil, criado durante o regime militar (1964-1985).

Segundo a Presidente do Instituto da Mulher Negra de São Paulo, Cidinha Silva, "Quem estudou nas décadas de 1970 e 1980 aprendeu nos livros que o apartheid era um fenômeno de segregação racial restrito à África do Sul e que no Brasil não existia racismo.

Mas a lei só sairá do papel se houver acesso a material e formação sobre a temática racial na educação. Portanto, agora é hora de buscar bibliografia sobre o assunto, eleger o tema para discussão em grupos de estudos e fomentar a criação de cursos nas escolas e nos lugares onde cada um vive sobre educação antirracista.

A exemplo dessas iniciativas, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo distribuiu 58 mil livros de literatura e de formação para a maioria das escolas da cidade e um kit com 40 títulos que valorizam a cultura e a identidade negra, como Menina do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, e Felicidade Não Tem Cor, de Júlio Emílio Braz. O pacote inclui capacitação a 3 mil coordenadores das salas de leituras de escolas paulistanas.

Algumas cidades têm trabalhos na mesma linha e o resultado aparece nos projetos que começam a pipocar. O professor de História Eduardo Benedito Leite de Almeida, da Escola Municipal de Ensino Fundamental na cidade de Campinas-SP, explorou a pesquisa científica com turmas de 7ª série em um trabalho interdisciplinar.

O professor usou como metodologia entrevistas, questionários, leitura de livros, revistas e jornais, seminários, confecção de cartazes, desenhos, charges e histórias em quadrinhos ocuparam os alunos por todo o ano letivo, apesar dos temas serem variados todos ligados às relações inter-raciais.

Um grupo de alunos pesquisou com moradores da comunidade ao redor da escola se existia racismo no Brasil, outro registrou tudo sobre as festas religiosas africanas e um terceiro conheceu manifestações folclóricas, como a congada.

Leitura e interpretação de indicadores sociais sobre a população negra foram feitas nas aulas de Matemática. Um dos objetivos do projeto era a produção de material de pesquisa.

Assim, tudo era registrado em vídeo, fotografias ou artigos publicados no jornal da escola, como a oficina de maracatu. Nessa etapa, o professor contou com a participação de um grupo do movimento negro, que ensinou aos alunos a importância das batidas e dos significados desse ritmo africano.

Uma das orientações da Lei nº 10.639 é contar com os membros do movimento negro para elaborar projetos pedagógicos. "O trabalho ainda não acabou, mas já é possível perceber mudanças significativas no tratamento entre os alunos e no interesse pelas coisas da África", conta Eduardo, professor de escola pública de São Paulo.

O projeto foi um dos vencedores do prêmio Educar para a Igualdade Racial, promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), de São Paulo.

Uma ótima fonte de experiências sobre combate ao racismo nas escolas. "O próximo passo é estabelecer indicadores de uma boa prática em classe. Ainda há disparidade entre o discurso de reconhecimento do racismo e as atividades pedagógicas", diz Isabel Aparecida dos Santos, assessora pedagógica do Ceert.

### **Objetivo Geral:**

Contribuir para a promoção da igualdade racial na escola e a implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo dos conteúdos afrobrasileira, indígena e meio ambiente na educação básica.

### **Objetivos Específicos:**

- Realizar sessões de exibição de filmes e promoção de debates para o enfrentamento sobre o preconceito;
- Estimular intervenções individuais e coletivas contra atitudes e comportamentos preconceituosos;
- Promover condições necessárias para o enfrentamento ao racismo e discriminação no cotidiano escolar através de trabalhos nas escolas;
- Trabalhar com textos que possibilite ao aluno explorar, refletir e compartilhar com outras pessoas sobre a história e a cultura afrobrasileira

### **Metodologia**

Utilizamos um modelo de percepção do Almanaque Afrobrasileiro que possui uma metodologia para obter essas percepções e os resultados após as atividades desenvolvidas nas 8 escolas caminham no sentido de que apesar da escola e os alunos reconhecerem a necessidade de trabalhar com a temática, reconhecem também que há sim um racismo "velado" por trás de tudo. Concluindo, percebemos que com essa iniciativa ajudamos a escola atender a demanda da lei, muitas delas, não fizeram nada ainda.

A metodologia adotada para a realização do projeto consistiu em projetar um documentário relacionado à questão afrobrasileira nas escolas públicas de Ensino Médio especificamente para as 3ª. Séries por considera-las já egressos e com uma capacidade de percepção e avaliação mais específicas, porque após cada exibição, além de promover um debate, posteriormente aplicamos um questionário sem identificação com 7 questões compostas por 4 alternativas de escolha única.

Seguindo orientações metodológicas do Dicionário Afrobrasileiro que consiste na não identificação dos alunos e não identificação da escola, resolvemos homenagear a cultura afrobrasileira colocando nomes das tribos ou quilombos tanto Africana como brasileiras às escolas onde realizamos as atividades no total de 8 escolas.

Posteriormente, feitas as análises e tabulações desses dados enquadrados cada escola conforme a metodologia do dicionário afrobrasileiro (2010) conforme a tabela 01.

Tabela 01: Pontuação proposta para classificação das escolas.

Questão	Valores em pontos por alternativa			
1.	A- 0	B- 0	C- 0	D- 0
2.	A- 1	B- 2	C- 0	D- 0
3.	A- 2	B- 0	C- 1	D- 1
4.	A- 0	B- 2	C- 1	D- 0
5.	A- 2	B- 0	C- 0	D- 1
6.	A- 1	B- 0	C- 2	D- 0
7.	A- 2	B- 1	C- 0	D- 0

Fonte: Dicionário Afrobrasileiro (2010).

Assim, a classificação de acordo com a tabulação das respostas obtidas classifica a escola em:

### **Até 02 pontos**

#### **1- Fase da individualidade**

A questão racial ainda é tabu na escola, que se mantém silenciosa quando o assunto é discriminação. A diversidade étnica é desconsiderada, mesmo que tenha muitos alunos de diferentes origens em sua escola. Enquanto isso, as crianças perdem a oportunidade de formar valores essenciais para uma convivência harmônica em sociedade. Que pena.

### **De 03 a 6 pontos**

#### **2 - Fase da negação**

Embora a maioria dos professores negue a existência do racismo na sociedade e no ambiente escolar, o assunto começa a ser discutido na sua escola. No currículo, a cultura negra é considerada folclore e a história do povo negro não é exemplo de luta pela cidadania. Na tentativa de amenizar a situação, alguns professores apenas comentam a questão no Dia da Abolição da Escravatura e no Dia da Consciência Negra, não é mesmo?

### **De 7 a 10 pontos**

#### **3 - Fase do reconhecimento**

Muito bem! Sua escola está no caminho correto, pois reconhece a necessidade urgente de transformar o ambiente em um espaço de luta contra o racismo e a discriminação. Os alunos aprenderam conceitos sobre os diferentes grupos presentes na sociedade e a realidade de cada um é reconhecida e trabalhada. Continue a enfrentar esse belo desafio.

### **11 pontos ou mais**

#### **4 - Fase do avanço**

Parabéns! Sua escola progrediu bastante para construir-se verdadeiramente democrática. Visualiza com dignidade os diversos grupos étnicos e usa suas contribuições como ferramentas pedagógicas no trato da diversidade. Certamente, os alunos negros de sua escola têm a autoestima elevada e orgulho de sua origem. Todos os alunos reconhecem a necessidade de respeitar as diferenças e sabem que elas não significam superioridade nem inferioridade.

Para conseguirmos informações sobre os trabalhos realizados nas escolas e enquadrá-las na tabela proposta, elaboramos um questionário que foi respondido pelos alunos (as) sem identificação com as seguintes alternativas:

#### **1. Você se considera**

A-( ) Negro

B-( ) Branco

C-( ) Pardo

D-( ) Índio



## **2. A trajetória histórica do negro é estudada.**

- A-( ) No Dia da abolição da Escravatura, em agosto, mês do folclore, e no Dia da consciência Negra.
- B-( ) Como conteúdo, nas várias áreas que possibilitam tratar o assunto.
- C-( ) Somente no dia da Abolição da Escravatura
- D-( ) Não é estudada.

## **3. Acredita-se que o racismo deve ser tratado.**

- A-( ) Pedagogicamente pela escola.
- B-( ) Pelos movimentos sociais.
- C-( ) Quando acontecer algum caso evidente na escola.
- D-( ) Pela lei fora do ambiente escolar.

## **4. A cultura negra é estudada:**

- A-( ) Como parte do rico folclore do Brasil.
- B-( ) Como um instrumento da prática pedagógica.
- C-( ) Quando é assunto da mídia
- D-( ) Não é considerado assunto para a escola

## **5. Acredita-se que, para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito, a escola deve:**

- A-( ) Promover o orgulho ao pertencimento racial de seus alunos.
- B-( ) Procurar não dar atenção para as visões estereotipadas sobre o negro nos livros.
- C-( ) Trabalhar com produção de textos sobre a temática em sala de aula.
- D-( ) Promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras.

## **6. Quanto ao trabalho escolar**

- A-( ) Alguns professores falam da questão racial em determinadas etapas do ano letivo.
- B-( ) Existe resistência dos professores para tratar a questão racial com relação à luta contra todas as formas da injustiça social.
- C-( ) Existe um trabalho coletivo sobre a questão racial com a participação de todos, inclusive da direção e dos funcionários.
- D-( ) Não existem livros sobre o tema

## **7. Quanto às oportunidades**

Em sua opinião, que fatores contribuem para a existência de um número reduzido de negros nas universidades e em algumas áreas técnicas, científicas e administrativas?

- A-( ) Falta oportunidade
- B-( ) Dificuldade de acesso a educação
- C-( ) Falta de vontade e dedicação
- D-( ) Nenhuma das opções anteriores

## **RESULTADOS:**

Primeira Escola:

Classificação: Fase do avanço

Descrição: Parabéns! Essa escola progrediu bastante para construir-se verdadeiramente democrática.

Visualiza com dignidade os diversos grupos étnicos e usa suas contribuições como ferramentas pedagógicas no trato da diversidade.

Certamente, todos os alunos reconhecem a necessidade de respeitar as diferenças e sabem que elas não significam superioridade nem inferioridade.

Segunda Escola:

Classificação: Fase do avanço

Parabéns! Sua escola progrediu bastante para construir-se verdadeiramente democrática.

Visualiza com dignidade os diversos grupos étnicos e usa suas contribuições como ferramentas pedagógicas no trato da diversidade.

Certamente, os alunos negros de sua escola têm a autoestima elevada e orgulho de sua origem. Todos os alunos reconhecem a necessidade de respeitar as diferenças e sabem que elas não significam superioridade nem inferioridade.

Terceira Escola:

Classificação: Fase do avanço

Dessa forma a terceira escola enquadra no parâmetro chamado de fase de negação, embora a maioria dos professores negue a existência do racismo na sociedade e no ambiente escolar, o assunto começa a ser discutido na sua escola. No currículo, a cultura negra é considerada folclore e a história do povo negro não é exemplo de luta pela cidadania. Na tentativa de amenizar a situação, alguns professores apenas comentam a questão no Dia da Abolição da Escravatura e no Dia da Consciência Negra, não é mesmo?

Quarta Escola:

**Classificação: Fase de negação**

A quarta escola se enquadrou no parâmetro 2, chamado de negação. Embora a maioria dos professores negue a existência do racismo na sociedade e no ambiente escolar, o assunto começa a ser discutido na sua escola. No currículo, a cultura negra é considerada folclore e a história do povo negro não é exemplo de luta pela cidadania. Na tentativa de amenizar a situação, alguns professores apenas comentam a questão no Dia da Abolição da Escravatura e no Dia da Consciência Negra, não é mesmo?

Quinta Escola:

**Classificação:** Fase do reconhecimento

Muito bem! Sua escola está no caminho correto, pois reconhece a necessidade urgente de transformar o ambiente em um espaço de luta contra o racismo e a discriminação. Os alunos aprenderam conceitos sobre os diferentes grupos presentes na sociedade e a realidade de cada um é reconhecida e trabalhada. Continue a enfrentar esse belo desafio.

Sexta Escola:

**Classificação: Fase do Reconhecimento**

Muito bem! Sua escola está no caminho correto, pois reconhece a necessidade urgente de transformar o ambiente em um espaço de luta contra o racismo e a discriminação. Os alunos aprenderam conceitos sobre os diferentes grupos presentes na sociedade e a realidade de cada um é reconhecida e trabalhada. Continue a enfrentar esse belo desafio.

Sétima Escola:

Classificação: Fase da negação

Embora a maioria dos professores negue a existência do racismo na sociedade e no ambiente escolar, o assunto começa a ser discutido na sua escola. No currículo, a cultura negra é considerada folclore e a história do povo negro não é exemplo de luta pela cidadania. Na tentativa de amenizar a situação, alguns professores apenas comentam a questão no Dia da Abolição da Escravatura e no Dia da Consciência Negra, não é mesmo?

Oitava Escola:

Classificação: Fase da negação

Embora a maioria dos professores negue a existência do racismo na sociedade e no ambiente escolar, o assunto começa a ser discutido na sua escola. No currículo, a cultura negra é considerada folclore e a história do povo negro não é exemplo de luta pela cidadania. Na

tentativa de amenizar a situação, alguns professores apenas comentam a questão no Dia da Abolição da Escravatura e no Dia da Consciência Negra, não é mesmo?

A oportunidade de vivenciar na prática, participando do programa de iniciação científica com o tema que se trata de assuntos raciais que teve como título DERRUBANDO O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA nos oportunizou vários benefícios, uma vez sendo negro vivo na pele a realidade que o tema aborda, afirma um dos estagiários. Isso deixa clara a necessidade de transformar o ambiente escolar num espaço que realmente acolha e promova a integração de todos os públicos.

As escolas estão atentas ao assunto com isso existe sempre o interesse e apoio ao projeto, que colabora com a formação crítica dos alunos.

A oportunidade de participar desse projeto de pesquisa com a temática racial foi de grande importância para minha formação como estudante de nível técnico como pessoal, essa experiência foi um marco na minha escolar, pois possibilitou ampliar conhecimento e senso crítico sobre a temática principalmente por ser negro, foi uma honra participar de um projeto que veio tentar identificar nas escolas de nível médio questões que ainda são motivadoras da questão racial e mais por tentar promover a igualdade racial no ambiente escolar por meio de ações que atentam ao cumprimento da Lei 10.639 e de contra partida combater o racismo.

A oportunidade de acesso a um programa de iniciação científica possibilitou enxergar outros horizontes além da sala de aula e a partir desse trabalho já consigo visualizar o caminho que pretendo seguir na graduação.

Nas 8 escolas onde realizamos as atividades do projeto, percebemos a importância de se trabalhar a delicada questão que incomoda a todos e de difícil forma de trabalhar que é o racismo no convívio escolar. Esse projeto vem ao encontro de reconhece à necessidade da implementação, porém, enfrenta dificuldade de abordar a temática na escola e relata um professor de história “não temos hoje condições de atender a demanda da lei”.

Concluindo, percebemos que algumas questões devem ser evitadas ao se tratar sobre a cultura negra em sala de aula.

Abordar a história dos negros a partir da escravidão.

Apresentar o continente africano cheio de estereótipos, como o exotismo dos animais selvagens, a miséria e as doenças, como a aids.

Pensar que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros.

Acreditar no mito da democracia racial.

Agora poderia também tratar da mesma questão por esse ângulo, observe:

Aprofundar-se nas causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão.

Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.

A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos.

Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana.

Referências:

ADORNO, T. W. Educação e Emancipação. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

CANEN, Ana. 2006. Multiculturalismo e identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. In: Cadernos PENESB. Rio de Janeiro/Niterói, v. 6. p. 35-47.

CARNEIRO, Suely. Gênero, Raça e Ascensão Social, Teoria e Pesquisa – IFCS, UFERJ, PPICIS/UERJ, Rio de Janeiro 1995.

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti racismo na educação. São Paulo: Editora Summus, 2001.

DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – Maringá: Revista Espaço Acadêmico nº38, julho, 2005 .

FIGUEIRA, V. N.. O preconceito Racial na escola. Rio de Janeiro. Cadernos Cândido Mendes Estudos Afro-Asiáticos, nº 18, Rio de Janeiro, 1990.

GOHN, Maria da Glória. 2004 Teorias dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo : Edições Loyola.

GOMES, N. Lino. 2008 A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A.F.e CANDAU, V.M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis : Vozes. p. 67-89.

MARTINS, José de Souza. A Racialização do Estado e do Conflito. São Paulo, SP, Caderno Aliás, Estadão -19/08/2007.

MOURA, Carlos. Sociologia do Negro Brasileiro. Ática, São Paulo, 1988

NOGUEIRA, Oracy. “Preconceito de marca, Preconceito de Origem”. In: Tanto preto quanto branco, estudos de relações raciais, São Paulo, T.A. Queiroz, 1977.

RODRIGUES, Tatiane. 2005 Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In OLIVEIRA, I; SILVA, P.; PINTO, REGINA (org) 2005 Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo : Ação Educativa/ANPED